



PARECER DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS FEVEREIRO/2026

Elaboração: Gestor dos Recursos e Comitê de Investimentos

Data de elaboração: 23/03/2026

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	ANEXOS.....	3
3.	ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO.....	3
4.	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	4
5.	ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.....	5
5.1.	CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA	5
5.2.	RETORNO SOBRE OS INVESTIMENTOS	9
5.3.	DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS.....	9
5.4.	RETORNO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS VERSOS A META DE RENTABILIDADE	10
5.5.	EVOLUÇÃO PATRIMONIAL	11
5.6.	RETORNO DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES.....	11
5.7.	AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE – APR.....	12
6.	ANÁLISE DE RISCO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS.....	12
6.1.	RISCO DE MERCADO	13
6.2.	RISCO DE CRÉDITO	13
6.3.	RISCO DE LÍQUIDEZ	13
7.	ANÁLISE DE CARTEIRA POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS	14
8.	ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS.....	14
9.	PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO.....	14
10.	PLANO DE CONTINGÊNCIA.....	14
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14

1. INTRODUÇÃO

Na busca por uma gestão previdenciária de qualidade e, principalmente, no que diz respeito às aplicações dos recursos, elaboramos o presente parecer de deliberação e análise, promovido pelo Comitê de Investimentos do IPASP.

Para a emissão deste parecer, foi utilizado o relatório completo de análise da carteira de investimentos fornecido pela empresa contratada de Consultoria de Investimentos, o qual contempla: carteira de investimentos consolidada; enquadramento perante os critérios da Resolução CMN nº 5.272/2025 e suas alterações; retorno dos investimentos; distribuição dos ativos por instituições financeiras; distribuição dos ativos por subsegmento; retorno da carteira de investimentos versus a meta de rentabilidade; evolução patrimonial e retorno dos investimentos após as movimentações.

Ressalta-se que a partir de 02/02/2026, entrou em vigor a Resolução CMN nº 5.272/2025, a qual passou a disciplinar as aplicações dos recursos dos RPPS. Destaca-se, ainda, que a Política de Investimentos já foi devidamente aprovada em conformidade com a nova resolução.

2. ANEXOS

Relatórios	Anexos
Panorama Econômico – FEVEREIRO/2026	ANEXO I
Relatório Analítico dos Investimentos	ANEXO II

3. ANÁLISE DO CENÁRIO ECONÔMICO

O Comitê de Investimentos do Instituto de Previdência e Assistência Social dos Funcionários Municipais de Piracicaba apresenta em anexo os relatórios de acompanhamento de rentabilidade e risco das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações de seus recursos.

A carteira de investimentos do IPASP de FEVEREIRO/2026 reflete as decisões de investimentos e alocações deliberadas no mês de JANEIRO/2026, que foram devidamente fundamentadas e registradas na ata de reunião do Comitê.

Em **fevereiro de 2026**, o **cenário global** enfrentou um novo ponto de inflexão com a decisão da Suprema Corte dos EUA que derrubou as tarifas do "Liberation Day", levando o governo a anunciar uma nova tarifa global de 15% sob mecanismos legais alternativos. Esse movimento reforçou a tendência protecionista e gerou ruídos no comércio internacional. Simultaneamente, a geopolítica atingiu um estágio crítico com o início de bombardeios entre EUA/Israel e o Irã, resultando no bloqueio do Estreito de Hormuz. Esse ambiente de aversão ao risco impulsionou o petróleo Brent para a casa dos US\$ 85 e fez o ouro saltar 7,86% como ativo de refúgio. O Fed manteve a taxa básica em 3,75%, monitorando uma inflação PCE resiliente e um PIB que desacelerou para 1,4%. Nesse contexto de incerteza bélica e reprecificação de ativos,

os índices globais sofreram: o MSCI World registrou queda de 0,91%, o S&P 500 recuou 0,87% e o BDRX caiu expressivos 5,06%.

No Brasil, o cenário foi impactado pela alta das commodities energéticas, que embora favoreça a arrecadação, elevou a pressão inflacionária. O Ibovespa avançou 4,09% no mês, impulsionado pelo fluxo para mercados emergentes produtores de petróleo e ativos descontados. No entanto, a inflação doméstica mostrou sinais de alerta, com o IPCA de fevereiro registrando 0,70%, valor acima do esperado pelo mercado e com núcleos ainda pressionados. Na renda fixa, a volatilidade da curva de juros refletiu o risco fiscal e a desancoragem das expectativas, mas os índices fecharam o mês no positivo: o IMA-B subiu 1,79% e o IRF-M avançou 0,99%, enquanto o CDI rendeu 1,00% no período.

Diante desse cenário, **o Instituto encerrou o mês de fevereiro com uma rentabilidade de 1,03%, ficando levemente abaixo da meta necessária de 1,10% (IPCA + 5,76% a.a.), mas mantendo um desempenho acumulado no ano de 2,56%, superando a meta acumulada de 1,91%.** O resultado mensal foi sustentado pela boa performance da renda fixa indexada à inflação (IMA-B de 1,79%) e pela valorização da renda variável doméstica (Ibovespa de 4,09%), que compensaram as quedas acentuadas nas parcelas internacionais (MSCI World -0,91% e BDRX -5,06%). O carregamento da parcela pós-fixada ao CDI de 1,00% também ofereceu uma base sólida de retorno, garantindo a captura do momento positivo das commodities brasileiras e a proteção do diferencial de juros diante da volatilidade externa.

Para os próximos meses e o cenário atual de 2026, as perspectivas exigem cautela redobrada, pois o choque na oferta de petróleo e as tensões no Oriente Médio condicionam o crescimento global. No Brasil, a deterioração da trajetória da dívida pública e a incerteza fiscal impõem um caráter binário aos preços dos ativos, exigindo ajustes críveis para evitar uma crise mais profunda. Embora o cenário base ainda projete crescimento, riscos como a reprecificação do setor de tecnologia e o isolamento comercial dos EUA permanecem no radar. Assim, a estratégia permanece focada na diversificação e preservação de capital, com preferência por títulos indexados ao IPCA de duração média e manutenção de liquidez em pós-fixados, monitorando de perto a exposição internacional como proteção estrutural.

Adicionalmente, a gestão dos recursos e o Comitê de Investimentos seguem atuando plenamente sob as diretrizes da Resolução CMN nº 5.272/2025, garantindo o rigoroso acompanhamento normativo e o enquadramento legal em todas as estratégias de alocação, visando sempre a mitigação de riscos e o cumprimento das metas estabelecidas na Política de Investimentos.

4. EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Acompanha este parecer, na forma do ANEXO III o balanço orçamentário referente ao mês de referência que demonstra as contribuições repassadas, em conformidade com a legislação vigente.

As receitas patrimoniais estão sendo lançadas em Variação Patrimonial Aumentativa - VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD, sendo que só é lançada a receita patrimonial orçamentária quando o resgate do investimento é efetivado.

5. ANÁLISE DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

5.1. CARTEIRA DE INVESTIMENTOS CONSOLIDADA

A carteira de investimentos do RPPS apresenta-se distribuída entre os segmentos de Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados e Investimentos no Exterior, com participações de **87,88%**, **11,55%** e **0,57%**, respectivamente. Referida alocação observa os limites estabelecidos pela Política de Investimentos vigente e pela **Resolução CMN nº 5.272/2025**, considerando que o IPASP detém a **Certificação Institucional Pró-Gestão Nível III**, conquistada em 23 de maio de 2025 e ainda vigente, o que lhe confere limites diferenciados de exposição ao risco.

No que tange ao acompanhamento e à verificação dos limites legais e internos da carteira de investimentos, este parecer concentra-se na identificação de eventuais desenquadramentos de natureza **ATIVA**. Tal distinção é fundamental e está em estrita consonância com a Política de Investimentos vigente e com o art. 18 da Resolução CMN nº **5.272/2025**. Para fins de transparência, esclarece-se que os desenquadramentos de ordem **passiva** não são aqui apontados como infrações aos limites. Essas situações passivas incluem, por exemplo, a valorização ou desvalorização de ativos de mercado, a alteração no patrimônio líquido de fundos devido a resgates de outros cotistas ou, ainda, a manutenção de ativos que detenham mais de 50% de seu PL em RPPS. Nestes casos, a Política de Investimentos e a Resolução permite a permanência desses ativos em carteira por até **dois anos** — ou até o seu encerramento, no caso de fundos com carência, baixa liquidez, impossibilitados de resgate e em liquidação —, visando sempre a preservação dos princípios de segurança, rentabilidade e solvência.

Destaca-se que, em conformidade com as novas diretrizes regulatórias, o Instituto observa rigorosamente a vedação de novas **aplicações** em fundos que apresentem qualquer tipo de desenquadramento em relação à Resolução supracitada, regra esta plenamente vigente desde **02/02/2026**. Portanto, o monitoramento aqui apresentado assegura que nenhum novo aporte foi realizado de forma irregular, mantendo a integridade da gestão. Todos os casos de desenquadramentos passivos remanescentes seguem devidamente registrados conforme relatório analítico de investimento e, quando necessário, com registros em ata, e são todos acompanhados pelo Comitê de Investimentos e pelo Gestor de Recursos.

O Comitê de Investimentos avalia como fundamental a manutenção estratégica de ativos de alta qualidade na carteira, mesmo naqueles casos em que há plena liquidez para resgate imediato. A decisão de não realizar movimentações antecipadas fundamenta-se no compromisso com a **preservação da meta atuarial**, entendendo que a saída desses ativos em momentos de volatilidade econômica ou política desproporcional seria contraproducente aos objetivos estruturais do Instituto. A permanência desses investimentos em fundos com desenquadramento passivo segundo a nova Resolução reflete uma escolha deliberada pela segurança e pela consistência dos retornos a longo prazo, assegurando que a estrutura de alocação permaneça resiliente frente às oscilações de mercado. Sob a ótica da melhor governança e prudência fiduciária, o monitoramento constante garante que o Instituto aproveite a qualidade técnica desses fundos para o cumprimento das obrigações previdenciárias, evitando

decisões precipitadas que poderiam comprometer o equilíbrio planejado para o plano em cenários de incerteza.

Enquadramento da Carteira de Investimentos por Segmento

Segmentos	Enquadramento Resolução CMN nº 5.272/2025	Enquadramento pela PI
Renda Fixa	Enquadrado	Enquadrado
Renda Variável (Estruturado – Fundo Imobiliário)	Desenquadrado	Desenquadrado
Investimentos no Exterior	Enquadrado	Enquadrado

Ao analisarmos o enquadramento por segmento, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025 e a Política de Investimentos vigente, identifica-se desenquadramento **no segmento de Renda Variável** no fundo **ROMA INSTITUCIONAL VALUE FI AÇÕES**.

No que se refere a fundos que apresentaram eventos adversos relevantes ou restrições operacionais, os quais se encontram em acompanhamento especial pela gestão, destacam-se: **FIDC TREND BANK MULTISSETORIAL 2; GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTISTRATÉGICA e HAZ FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO**, com histórico e atualizações descritas abaixo.

O fundo **GERAÇÃO DE ENERGIA FIP MULTISTRATÉGICA** permanece sob monitoramento estrito, encontrando-se atualmente em fase de liquidação. O Instituto não possui saldo financeiro remanescente no ativo, uma vez que o investimento resultou em perda integral do capital aportado. Refletindo o cenário de insolvência, o Patrimônio Líquido (PL) do fundo registrou o valor de **R\$ -14.001.426,69** em fevereiro de 2026, indicando que o passivo da estrutura supera os ativos existentes. Em relação ao histórico do fundo, o impacto negativo para o instituto consolidou-se após uma série de eventos críticos com o reconhecimento de perdas expressivas em ativos como Bolt Energias, Stig Energia e Green Oil — decorrentes de reavaliações a valor justo — e resultou em uma redução imediata de 76,61% no patrimônio líquido. Esse cenário de deterioração foi severamente agravado por graves falhas de governança, incluindo a destituição de gestores anteriores e o surgimento de complexos processos judiciais e arbitrais, que culminaram na insolvência prática do Grupo Green Oil, que hoje não possui fontes de receita. Embora o saldo do instituto tenha sido integralmente transferido para perdas em abril de 2022, conferências e fatos relevantes de 2025 detalham a complexidade da fase terminal do ativo. Em novembro de 2025, houve um **reprocessamento no valor das cotas** com um ajuste positivo de 65,55%, fundamentado em relatórios jurídicos de êxito, o que reduziu temporariamente o passivo a descoberto (fazendo o PL negativo recuar de R\$ 21,5 milhões para R\$ 7,4 milhões no período). Contudo, o fundo encerrou dezembro de 2025 com um patrimônio líquido negativo de aproximadamente R\$ 14 milhões. A estratégia atual da administração RJI Corretora foca no **Plano de Encerramento**, com prazo prorrogado até **junho de 2027**, concentrando-se quase exclusivamente na condução de uma ação de responsabilização e arbitragem contra gestores anteriores. Como essa disputa é custeada por um investidor terceiro (sem novos aportes pelo RPPS), a recuperação de capital depende hoje integralmente do sucesso desse processo jurídico e da liquidação residual de ativos que, no mercado atual, possuem valor de mercado nulo ou próximo de zero.

O fundo **FIDC TREND BANK BANCO DE FOMENTO - MULTISSETORIAL**, cujo saldo do instituto foi zerado e transferido para perdas em março de 2020, segue igualmente monitorado. Entre 2013 e 2014, o fundo sofreu uma deterioração severa na qualidade de seus direitos creditórios e foi alvo de processos sancionadores da CVM por aquisição de duplicatas simuladas e falhas fiduciárias, gerando uma perda de 87,03% sobre o valor aplicado pelo IPASP na época. É fundamental salientar que o fundo opera atualmente em um cenário de extrema fragilidade financeira e operacional, com o seu ativo total reduzido a apenas R\$ 270.018,92, conforme o informe mensal de janeiro de 2026. A maior parte deste recurso está alocada em operações compromissadas apenas para manter uma liquidez mínima, visto que a carteira de direitos creditórios, que soma mais de R\$ 6,6 milhões em valores nominais inadimplentes, está integralmente provisionada como perda (100% de provisão), refletindo a nula expectativa de recuperação desses ativos no curto prazo. Além do comprometimento patrimonial, o fundo carrega um histórico crítico de governança e transparência, evidenciado por sucessivas auditorias que não conseguiram validar os seus números. Entre 2013 e 2024, as demonstrações financeiras foram sistematicamente reprovadas ou receberam pareceres de abstenção de opinião, devido a falhas graves que incluem a falta de lastro em operações e o registro de despesas sem comprovação de serviço. Atualmente sob a administração do Banco Genial, o fundo mantém-se em **regime estrito de liquidação e não realiza novas aquisições**, limitando-se a gerir processos judiciais em curso para tentar reaver valores. Contudo, a ausência de garantias vinculadas e a descontinuidade da origem de créditos tornam a recuperação de capital para o instituto uma possibilidade remota, dependendo exclusivamente do desfecho de disputas jurídicas complexas até **o prazo final de liquidação previsto para outubro de 2027**.

O fundo **ROMA INSTITUCIONAL VALUE FI AÇÕES** possui histórico marcado por instabilidades de gestão e severa crise de liquidez. O investimento pelo instituto teve início em janeiro de 2013, com um aporte de R\$ 1.500.000,00, porém passou a enfrentar problemas relevantes a partir de 2019, quando o cancelamento do registro da administradora original (Única Administração e Gestão de Recursos Ltda.) evidenciou fragilidades na estrutura do fundo, especialmente a elevada exposição a ativos de baixíssima liquidez, como os fundos imobiliários Aquilla FII e São Domingos FII. Nos anos seguintes, foram realizadas assembleias para substituição de prestadores de serviços e deliberações voltadas à reestruturação da carteira, incluindo a liquidação de ativos problemáticos, sem, contudo, reverter o quadro de deterioração da liquidez. Diante desse cenário, em 2023 o fundo foi fechado para resgates, culminando na **aprovação de sua liquidação** em abril do mesmo ano, como medida para preservação de valor aos cotistas. O cenário de estresse foi agravado por um evento de governança em maio de 2024: por determinação da CVM (Ofício nº 44/2024), a administração foi obrigada a honrar o pagamento integral do resgate de um cotista relevante que havia solicitado a saída antes da assembleia de liquidação, o que reduziu significativamente a liquidez disponível e impactou os cotistas remanescentes. Atualmente, o fundo encontra-se desenquadrado perante a Resolução CMN nº 5.272, vedando novos aportes e exigindo acompanhamento contínuo do processo de liquidação. Ao final de fevereiro de 2026, o instituto registrava saldo de **R\$ 697.108,68**, ainda refletindo prejuízo em relação ao valor originalmente investido. O Patrimônio Líquido do fundo era de R\$ 5,34 milhões, com seis RPPS entre os cotistas. A composição da carteira permanece como principal entrave à liquidação, com 66,8% alocados no fundo Renda FI Ações e parcela relevante em ativos de baixa liquidez, como 15,36% no Aquilla FII e 7,13% no São Domingos FII.

Dessa forma, embora haja estimativa histórica de conclusão até 2027, o prazo permanece incerto, condicionado à efetiva alienação desses ativos.

O **HAZ FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO (ATCR11)**, no qual o instituto aplicou R\$ 1.000.000,00 em abril de 2012, passou por uma mudança estrutural decisiva quando em dezembro de 2025, quando os cotistas, incluindo este instituto, aprovaram em Assembleia Geral o seu **Plano de Liquidação e Encerramento**. Esta medida foi adotada devido à dificuldade de reenquadramento regulatório e à baixa liquidez dos ativos, estabelecendo um cronograma de desinvestimento ordenado com prazo de até quatro anos para a alienação total do portfólio. Em fevereiro de 2026, o instituto registrava um saldo de **R\$ 684.365,81** no fundo, cujo Patrimônio Líquido total era de R\$ 63.571.301,48. Apesar do processo de liquidação, o fundo continua gerando renda operacional, tendo pago **dividendos** de R\$ 3.396,72 em janeiro deste ano. Historicamente, o fundo enfrentou desafios severos, como a desvalorização patrimonial de 31,29% em 2017 e trocas sucessivas na gestão, que hoje é conduzida pela Graphen Investimentos. A gestão atual tem focado na regularização de ativos e na recuperação de valores através de medidas judiciais contra antigos prestadores de serviço e locatários inadimplentes, o que reforça o compromisso com a transparência e a diligência para com os investidores. Um evento relevante recente foi o incêndio no galpão de Indaiatuba em setembro de 2025; contudo, a gestão agiu prontamente com o acionamento do seguro, garantindo a reconstrução e modernização do imóvel sem prejuízo ao capital do fundo, com entrega prevista para o início de 2026 para facilitar sua venda. Do ponto de vista de governança e transparência, a liquidação ordenada representa a estratégia mais segura para a recuperação do capital investido, pois evita vendas forçadas abaixo do valor de mercado e segue rigorosamente as normas da CVM. A manutenção dos seguros em dia e a busca ativa por direitos judiciais demonstram que, embora o fundo esteja sendo encerrado, os controles internos e a proteção do patrimônio remanescente continuam sendo prioridade técnica da administração, garantindo que o instituto receba as amortizações devidas conforme os ativos forem transformados em caixa.

Enquadramento da Carteira de Investimentos por Subsegmento

Segmentos	Enquadramento Resolução CMN nº 5.272/2025	Enquadramento pela PI
Renda Fixa	Enquadrado	Enquadrado
Renda Variável e Estruturado	Enquadrado	Enquadrado
Investimentos no Exterior	Enquadrado	Enquadrado

Conforme a análise por subsegmento (artigos específicos de alocação da Resolução 5.272/2025), a carteira apresenta conformidade integral com os limites regulamentares e as diretrizes da Política de Investimentos.

Enquadramento da Carteira de Investimento por Fundo de Investimentos

Segmentos	Enquadramento da Resolução CMN nº 5.272/2025 por Fundo de Investimentos
Renda Fixa	Enquadrado
Renda Variável e Estruturado	Enquadrado

Investimentos no Exterior

Enquadrado

Quanto à concentração por ativo individual e limites de emissão previstos na nova resolução, não foram verificados desenquadramentos ativos.

5.2. RETORNO SOBRE OS INVESTIMENTOS

Os fundos de investimentos classificados como renda fixa apresentaram no acumulado do mês com um retorno de **0,92%** representando um montante de **R\$ 5.127.315,45 (cinco milhões, cento e vinte e sete mil, trezentos e quinze reais e quarenta e cinco centavos)**.

Os fundos de investimentos classificados como renda variável apresentaram no mês um retorno de **1,83%** representando um montante de **R\$ 1.410.466,72 (um milhão, quatrocentos e dez mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos)**.

E em se tratando dos investimentos no exterior, estes apresentaram no mês de referência um retorno de **-1,68%** representando um montante de **R\$ -62.263,32 (menos sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos)**.

5.3. DISTRIBUIÇÃO DOS ATIVOS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os fundos de investimentos que compõe a carteira de investimentos do RPPS, tem como prestadores de serviços de Gestão e Administração os:

Gestão

Administração

Gestão	Valor	% s/ Carteira	% s/ PL Gestao
TESOURO NACIONAL (TÍTULOS PÚBLICOS)	245.074.821,70	38,43%	Não se aplica
SANTANDER BRASIL ASSET MANAGEMENT	98.724.833,50	15,17%	S/ Info
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	70.648.787,04	11,08%	S/ Info
CAIXA DTVM S.A	66.707.521,06	10,48%	S/ Info
SICREDI	38.297.570,39	6,01%	S/ Info
BANCO BRADESCO	29.131.319,59	4,57%	S/ Info
ITAÚ ASSET MANAGEMENT	21.607.882,42	3,39%	S/ Info
SAFRA WEALTH DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA	15.667.246,76	2,46%	S/ Info
ITAÚ UNIBANCO	11.648.135,97	1,83%	S/ Info
BANCO DAYCOVAL	9.314.151,19	1,46%	S/ Info
TARPON INVESTIMENTOS	8.915.170,69	1,40%	S/ Info
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	7.532.050,13	1,18%	S/ Info
BANCO J. SAFRA S/A	6.068.001,09	0,95%	S/ Info
BANCO BTG PACTUAL	3.495.250,29	0,55%	S/ Info
GUEPARDO INVESTIMENTOS	3.061.610,74	0,48%	S/ Info
BRADESCO ASSET MANAGEMENT	1.426.681,34	0,22%	S/ Info
SAFRA ASSET MANAGEMENT	939.483,36	0,15%	S/ Info
RENDA ASSET MANAGEMENT	697.108,88	0,11%	S/ Info
GRAPHEN INVESTIMENTOS	684.365,81	0,11%	S/ Info
GENIAL GESTÃO LTDA	0,02	0,00%	S/ Info

Administrador	Valor	% s/ Carteira	PL RPPS x PL Global **
TESOURO NACIONAL (TÍTULOS PÚBLICOS)	245.074.821,70	38,43%	Não se aplica
SANTANDER DTVM	98.724.833,50	15,17%	Não disponível
BB GESTÃO DE RECURSOS DTVM	70.648.787,04	11,08%	Não disponível
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	66.707.521,06	10,48%	Não disponível
SICREDI	38.297.570,39	6,01%	Não disponível
ITAÚ UNIBANCO	33.256.018,39	5,22%	Não disponível
BANCO BRADESCO	30.558.000,93	4,79%	Não disponível
SAFRA ASSET CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.	15.667.246,76	2,46%	Não disponível
BANCO DAYCOVAL	11.976.781,43	1,88%	Não disponível
BANCO DAYCOVAL	9.314.151,19	1,46%	Não disponível
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	7.532.050,13	1,18%	Não disponível
SAFRA SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO FIDUCIÁRIA LTDA	6.068.001,09	0,95%	Não disponível
BANCO BTG PACTUAL	3.495.250,29	0,55%	Não disponível
SAFRA ASSET MANAGEMENT	939.483,36	0,15%	Não disponível
BFL CAPITAL	697.108,88	0,11%	Não disponível
RJI CORRETORA DE VALORES	684.365,82	0,11%	Não disponível
BANCO GENIAL S.A.	0,01	0,00%	Não disponível

5.4. RETORNO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS VERSOS A META DE RENTABILIDADE

No mês de referência, a rentabilidade obtida pela carteira de investimentos do RPPS apresentou o resultado de **1,03%**, contra uma meta de rentabilidade necessária de **1,10%**.

No acumulado para o exercício, a carteira de investimento do RPPS apresentou **2,56%** de rentabilidade contra **1,91%** da meta de rentabilidade necessária, ou seja, o RPPS está superando sua meta de rentabilidade para o exercício.

Segue, abaixo, tabela com o desempenho em períodos mais amplos, para fins de análise de longo prazo:

Anos/períodos	Meta %	Retorno %	IPCA
2018	8,63	9,92	3,75
2019	10,59	14,6	4,31
2020*	10,64	1,88	4,52
2021*	16,16	0,46	4,73
2022*	11,02	6,68	4,94
2023	9,92	13,28	4,62
2024*	10,09	8,31	4,83
2025	9,56	13,36	4,26
2026 Acum.	1,91	2,56	1,03
12M	9,11	14,25	3,81
2023-2026	32,58	42,65	-
2021-2026	70,98	52,87	-
2018-2026	127,25	96,19	-
Meta 2026: IPCA + 5,76% a.a. *meta não batida			

5.5. EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

No mês anterior, o RPPS apresentava um patrimônio líquido total de **R\$ 625.599.072,13** (seiscentos e vinte e cinco milhões, quinhentos e noventa e nove mil, setenta e dois reais e treze centavos).

No mês de referência, o RPPS apresenta um patrimônio líquido de **R\$ R\$ 637.799.553,38** (seiscentos e trinta e sete milhões, setecentos e noventa e nove mil, quinhentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos).

Podemos observar uma valorização patrimonial de **R\$ 12.200.481,25** (doze milhões, duzentos mil, quatrocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos).

5.6. RETORNO DOS INVESTIMENTOS APÓS AS MOVIMENTAÇÕES

No mês de referência, houve movimentações financeiras na importância total de:

Renda Fixa

- **R\$ 40.104.304,55** em aplicações e
- **R\$ 31.409.559,99** em resgates.

Renda Variável

- **R\$ 2.000.000,00** em aplicações e;
- **R\$ 4.983.838,28** em resgates.

Em se tratando do retorno mensurado no mesmo período de referência, o montante apresentado foi de **R\$ 6.475.518,85 (seis milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, quinhentos e dezoito reais e oitenta e cinco centavos)**. Enquanto o montante do retorno acumulado do ano de referência foi de **R\$ 15.809.263,19 (quinze milhões, oitocentos e nove mil, duzentos e sessenta e três reais e dezenove centavos)**

5.7. AUTORIZAÇÃO DE APLICAÇÃO E RESGATE – APR

046	2026	SANTANDER DI TP	41-4	RESGATE	03/fev	R\$	291.000,00	CONSIGNADO
047	2026	SANTANDER DI TP	392-0	RESGATE	03/fev	R\$	6.529,88	CONSIGNADO
048	2026	SANTANDER DI TP	41-4	RESGATE	04/fev	R\$	788.000,00	PGMTO DE PRECATÓRIO
049	2026	SANTANDER DI TP	41-4	RESGATE	05/fev	R\$	560.000,00	CONSIGNADO
050	2026	SANTANDER DI TP	406-2	RESGATE	05/fev	R\$	61.000,00	FLUXO
051	2026	SANTANDER DI TP	392-0	RESGATE	05/fev	R\$	40.029,75	CONSIGNADO
052	2026	BB TESOIRO SELIC	77024-8	RESGATE	06/fev	R\$	2.050.000,00	CONSIGNADO
053	2026	SANTANDER DI TP	41-4	RESGATE	06/fev	R\$	1.000.000,00	CONSIGNADO
054	2026	BB TESOIRO SELIC	77024-8	APLICAÇÃO	09/fev	R\$	541.953,90	COMPREV
055	2026	CAIXA TP	58-0	APLICAÇÃO	10/fev	R\$	2.686.326,41	REALOCAÇÃO
056	2026	CAIXA CAP PROTEG IV	58-0	RESGATE	10/fev	R\$	4.686.326,41	REALOCAÇÃO
057	2026	BB TESOIRO SELIC	77024-8	APLICAÇÃO	11/fev	R\$	1.522.574,00	REPASSE PREFEITURA
058	2026	SANTANDER DI TP	41-4	APLICAÇÃO	11/fev	R\$	7.650.000,00	REPASSE PREFEITURA
059	2026	SANTANDER AÇ DIVIDENDOS	392-0	APLICAÇÃO	11/fev	R\$	2.000.000,00	REALOCAÇÃO
060	2026	SANTANDER DI TP	41-4	RESGATE	12/fev	R\$	7.620.000,00	FOLHA DE PAGAMENTO
061	2026	SANTANDER DI TP	406-2	RESGATE	12/fev	R\$	78.500,00	FOLHA DE PAGAMENTO
062	2026	SANTANDER DI TP	392-0	RESGATE	12/fev	R\$	136.639,14	FOLHA DE PAGAMENTO
063	2026	SANTANDER DI TP	406-2	RESGATE	18/fev	R\$	18.000,00	FLUXO
064	2026	CAIXA ESPECIAL 2026	58-0	CUPOM	18/fev	R\$	61.474,18	JUROS SEMESTRAIS
065	2026	CAIXA ESPECIAL 2028	58-0	CUPOM	18/fev	R\$	553.147,65	JUROS SEMESTRAIS
-	2026	TÍTULOS PÚBLICOS (ANOS PARES)	SELIC	CUPOM	18/fev	R\$	3.284.905,69	JUROS SEMESTRAIS
066	2026	SAFRA NTN-B 2026	23312-1	CUPOM	18/fev	R\$	119.659,79	JUROS SEMESTRAIS
067	2026	BB VERTICE 2028	77347-6	CUPOM	18/fev	R\$	130.645,95	JUROS SEMESTRAIS
068	2026	BB VERTICE 2026	77347-6	CUPOM	18/fev	R\$	270.595,10	JUROS SEMESTRAIS
069	2026	SANTANDER DI TP	392-0	APLICAÇÃO	19/fev	R\$	4.420.428,36	REALOCAÇÃO
070	2026	SAFRA SMALLCAP	23312-1	RESGATE	23/fev	R\$	297.511,87	REALOCAÇÃO
071	2026	CAIXA IMA-B	58-0	APLICAÇÃO	24/fev	R\$	3.172.841,84	REALOCAÇÃO
072	2026	CAIXA TP	58-0	RESGATE	24/fev	R\$	3.172.841,84	REALOCAÇÃO
073	2026	SANTANDER DI TP	41-4	APLICAÇÃO	25/fev	R\$	6.112.748,00	REPASSE PREFEITURA
074	2026	CAIXA TP	64-5	APLICAÇÃO	25/fev	R\$	2.376.600,00	REPASSE SEMAE
075	2026	BB IRF-M	77347-6	APLICAÇÃO	25/fev	R\$	2.192.730,08	REALOCAÇÃO
076	2026	SANTANDER DI TP	392-0	RESGATE	25/fev	R\$	2.192.730,08	REALOCAÇÃO
077	2026	BB TESOIRO SELIC	77024-8	RESGATE	26/fev	R\$	1.460.000,00	FOLHA DE PAGAMENTO
078	2026	SANTANDER DI TP	41-4	RESGATE	26/fev	R\$	5.649.000,00	FOLHA DE PAGAMENTO
079	2026	SANTANDER DI TP	406-2	RESGATE	26/fev	R\$	158.400,00	FOLHA DE PAGAMENTO
080	2026	SANTANDER DI TP	406-2	APLICAÇÃO	26/fev	R\$	713.166,66	DESP ADM
081	2026	CAIXA TP	64-5	APLICAÇÃO	26/fev	R\$	1.200.000,00	REALOCAÇÃO
082	2026	CAIXA TP	64-5	RESGATE	26/fev	R\$	1.200.000,00	REALOCAÇÃO
083	2026	SANTANDER DI TP	392-0	RESGATE	26/fev	R\$	506.460,94	REALOCAÇÃO
084	2026	SANTANDER DI TP	41-4	APLICAÇÃO	27/fev	R\$	1.840.393,00	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
085	2026	SANTANDER DI TP	406-2	APLICAÇÃO	27/fev	R\$	34.400,00	DESP ADM
086	2026	SANTANDER DI TP	392-0	APLICAÇÃO	27/fev	R\$	5.640.142,30	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Foram devidamente emitidas, assinadas e divulgadas as APR relacionadas ao mês de referência.

6. ANÁLISE DE RISCO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A análise de risco feita, contempla as diretrizes traça na Política de Investimentos aprovada para o exercício, sendo obrigatório exercer o acompanhamento e o controle sobre esses riscos, sendo eles: risco de mercado, de crédito e de liquidez.

6.1. RISCO DE MERCADO

Observa-se que o resultado do VaR referente a carteira de investimentos é de **2,01%** para o mês de referência.

No que diz respeito ao resultado do VaR referente ao segmento de renda fixa, o valor é de **0,58%** no segmento de renda variável o valor é de **7,49%**, e por fim, no tocante a investimentos no exterior o valor é de **4,86%**.

O VaR apresentado referente aos segmentos da carteira de investimentos do RPPS está em conformidade com a estratégia de risco traçada na Política Anual de Investimentos – PAI de 2026, não havendo necessidade se ater às Políticas de Contingências definidos na própria PAI.

6.2. RISCO DE CRÉDITO

A carteira de investimentos **possui** um fundo de investimento classificado como FIDC – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios enquadrado no Artigo 7º, Inciso IX, da Resolução CMN nº 5.272/2025: **TREND BANK BANCO DE FOMENTO FIDC MULTISSECTORIAL SÊNIOR 1 (CNPJ: 08.927.488/0001-09)**. Conforme histórico e atualizações já tratados neste parecer, trata-se de ativo com histórico de deterioração relevante na qualidade de crédito, atualmente classificado como ativo problemático, sem perspectiva de recuperação no curto prazo e com impossibilidade de resgate, tendo em vista sua estrutura de condomínio fechado. O fundo não recebe novos aportes pelo instituto desde a aplicação inicial realizada em 2011, permanecendo em processo de liquidação/encerramento, com o saldo já reconhecido contabilmente como perda já reconhecida.

6.3. RISCO DE LÍQUIDEZ

A carteira de investimentos possui liquidez imediata (até D+30) de **47,64%** para auxílio no cumprimento das obrigações do RPPS.

Disponibilidade	Valor (R\$)	%
Até D+30	303.766.287,43	47,64%
Até D+180	19.585.202,09	3,07%
Até D+360	15.241.032,70	2,39%
Até D+720	19.294.287,09	3,03%
Até D+1800	33.298.686,16	5,22%
Até D+3600	32.622.289,08	5,12%
Acima D+3600	212.452.332,84	33,32%
Indeterminado	1.381.474,49	0,22%
	total	R\$ 637.641.591,88

7. ANÁLISE DE CARTEIRA POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

Não foram solicitados Relatórios de Análise de Carteira no mês de referência pelo RPPS à Consultoria de Investimentos contratada.

8. ANÁLISE DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS POR PARTE DA CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

Não foram solicitados a Consultoria de Investimentos contratada Análises de Fundo de Investimentos.

9. PROCESSOS DE CREDENCIAMENTO

Houve atualizações de credenciamentos de instituições: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ADMINISTRADORA (CNPJ: 00.360.305/0001-04), CAIXA DTVM GESTOR (CNPJ: 42.040.639/0001-40) e TPE GESTORA DE RECURSOS LTDA (CNPJ: 35.098.801/0001-16)

10. PLANO DE CONTINGÊNCIA

Não há processo de contingência aberto para atualização do acompanhamento ou em processo de abertura para apuração de “excessiva exposição a riscos” ou “potenciais perdas dos recursos”.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este parecer foi elaborado pelo Gestor dos Recursos e previamente disponibilizado aos membros do Comitê de Investimentos para análise e comentários. Em relação à carteira de investimentos e à manutenção dos percentuais de alocação, estas foram feitas de acordo com a orientação e acompanhamento da Consultoria de Investimentos.

Destaca-se que não foram encontrados indícios ou números que possam prejudicar a aprovação das Aplicações e Aportes dos Recursos para o mês de referência. Por isso, este parecer é encaminhado como uma análise favorável dos membros do Comitê de Investimentos para ser aprovado pelo Conselho Fiscal.

